21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS
VALENCIA
19 a 20 junho 2025
XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
DOI: 10.5821/siiu.14390

ARQUITETURA HOSTIL NOS ESPAÇOS URBANOS

Estudo de caso do Centro de Campinas – SP

GIAMPAOLI, Bianca [1]
RANGEL, Letícia [2]
GUTMANN, Carolina [3]

Abstract
Architecture has a significant impact on urban life, shaping visual aspects and influencing interactions between its inhabitants. Urban design can affect ways of living, either by adding quality to daily relationships or by segregating human contact, which is the case of hostile architecture, where urban and architectural design practices aim to inhibit behaviors considered undesirable in public spaces. Driven by private interests, hostile architecture prevents and restricts the use of urban spaces by certain social groups, such as homeless people, making the urban environment uninhabitable and selective. This research is based on this discussion, with the main objective of verifying the presence of hostile architecture in the city center of Campinas-SP. The initial hypothesis was confirmed with the conclusion of the research, which identified the presence of hostile elements in a large part of the central area. The methodology used was a bibliographic review and theoretical conceptualization of the theme that allowed the classification of the different types of hostile architecture, thus establishing criteria for carrying out the case study. As a result, this work presents a map that identifies the ways in which hostile architecture is present in the center of Campinas.

Keywords: *hostile architecture; hostile city; Campinas.*

Resumo
A arquitetura impacta significativamente na vida urbana, moldando os aspectos visuais e influenciando interações entre seus habitantes. Soluções projetuais afetam os modos de viver, podendo agregar qualidade nas relações cotidianas ou segregar e distanciar os contatos humanos, que é o caso da arquitetura hostil, onde práticas de design urbano e arquitetônico visam inibir comportamentos considerados indesejados em espaços públicos. Movida por interesses particulares, a arquitetura hostil impede e restringe a utilização de espaços urbanos por determinados grupos sociais, como de pessoas em situação de rua, transformando o ambiente urbano em inabitável e seletivo. Esta pesquisa parte desta discussão, com o objetivo principal de verificar a presença da arquitetura hostil no centro da cidade de Campinas-SP. A hipótese inicial foi confirmada com a conclusão da pesquisa, que identificou a presença de elementos hostis em grande parte da área central. Como metodologia foi realizada uma revisão bibliográfica e conceituação teórica do tema que permitiu a classificação dos diferentes tipos de arquitetura hostil, estabelecendo assim, critérios para a realização do estudo de caso. Como resultado, este

[1] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Paulista Campus Campinas, Brasil, https://orcid.org/0009-0007-9509-0617, querinobianca@hotmail.com.
[2] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Paulista Campus Campinas, Brasil, https://orcid.org/0009-0004-4885-5988, leticiatelles.rangel@gmail.com.
[3] Professora do Curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Paulista Campus Campinas, Brasil, https://orcid.org/0000-0003-1751-6700, carolina.gutmann@docente.unip.br.

trabalho apresenta um mapeamento que identifica as formas como a arquitetura hostil está presente no centro de Campinas.

Palavras-chave: *arquitetura hostil, cidade hostil, Campinas.*

Área temática: *Cidade.*

Subárea temática: *Urbanidade, espaço público e coesão social.*

1. Introdução

A arquitetura e o *design* urbano impactam diretamente a vida dos habitantes das cidades e seus efeitos nem sempre são facilmente percebidos. As soluções projetuais e arquitetônicas afetam rotinas e as relações pessoais, tanto na busca pela criação de ambientes urbanos saudáveis e equitativos, como antagonicamente para a repulsa de sua população. Um exemplo disso é a arquitetura hostil que afasta determinados grupos sociais de espaços públicos e coletivos.

Os centros urbanos concentram espaços públicos historicamente e simbolicamente construídos, e requerem uma análise crítica quanto aos padrões de ocupação considerando as especificidades socioeconômicas das cidades brasileiras. Villaça (2001) aponta que a chamada "deterioração" das áreas centrais decorre de um processo nas metrópoles de abandono deste território pelas camadas de alta renda em direção a outros sub-centros e regiões periféricas, com o aparecimento de novas regiões urbanas e grandes equipamentos de *shopping-centers* (Villaça, 201, p. 277), como alternativa de local de compras e diversão. A partir da década de 1980, o "que se chama ideologicamente de 'decadência' do centro é tão-somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população" (Villaça, 201, p. 283).

Transformações nos padrões de ocupação territorial das cidades brasileiras seguem efeitos perversos do que Santos (1993) denominou de meio técnico-cientifico-informacional sobre as cidades periféricas do capitalismo. A urbanização contemporânea se dá de forma seletiva, privilegiando certos grupos e territórios, enquanto outros são desvalorizados, atendendo aos interesses dos atores hegemônicos da economia. A configuração urbana é um reflexo das lutas de classes e das formas de controle social sobre o território, sendo a produção do espaço uma produção de diferenças geográficas (Harvey, 2004), onde as políticas de mercado e gestão das cidades brasileiras acentuam a exclusão socioespacial (Rolnik, 2015). O mercado imobiliário impõe modelos urbanos de acordo com interesses financeiros, decorrendo deste processo o surgimento dos espaços residenciais fechados, que reforçam o movimento de segregação e estrutura espacialmente a cidade como modelo liberal hegemônico (Sposito, 2013, p. 163).

Neste sentido, a arquitetura hostil pode ser compreendida como a expressão física das estratégias de controle social sobre o espaço público, que opera com o objetivo de invisibilizar populações indesejadas, controlar comportamento dinâmicos, e inibir pessoas em situação de rua, movido por interesses particulares. Estas soluções arquitetônicas contribuem com a segregação socioespacial nos ambientes urbanos, pois discriminam grupos sociais e dificultam a apropriação dos espaços considerados públicos e coletivos, transformando-os em inabitáveis e seletivos.

Diante deste contexto, torna-se necessário o estudo e avaliação da presença de arquitetura hostil nos municípios brasileiros. A detecção de padrões e tipos de soluções podem indicar a necessidade de se reavaliar normativas e legislações nas práticas de intervenção nos espaços públicos e coletivos, a fim de se evitar prejuízos ao ordenamento territorial e segregações sócio espaciais. Diversos autores abordam o tema sob diferentes óticas, porém, para se elaborar um levantamento de dados sobre a situação atual da arquitetura hostil, é necessário alinhar indicativos à conceitos, para que possam ser aplicados em pesquisas nas cidades do Brasil. A falta de estudos de análise de campo sobre as práticas de projetos hostis motivou o aprofundamento desta temática. Sendo assim, esta pesquisa buscou identificar de que forma a arquitetura hostil se manifesta nos ambientes urbanos, especificamente na região central do município de Campinas-SP, interior do Estado de São Paulo.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica aliada ao estudo de caso baseada nas seguintes etapas metodológicas: (i) revisão bibliográfica e conceituação teórica do tema por meio de mapeamento da literatura, que resultou na classificação dos diferentes tipos de arquitetura hostil, estabelecendo os critérios de observação para a realização do estudo de caso e a realização do levantamento em campo; (ii) estudo de caso e pesquisa de campo no centro da

cidade de Campinas-SP; e (iii) mapeamento e sistematização das informações coletadas de forma especializada em bases cartográficas.

2. Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é verificar a presença da arquitetura hostil na área central do município de Campinas. O foco do trabalho é verificar, por meio da classificação e mapeamento de diferentes soluções de projetos, a presença e tendências destes elementos no centro da cidade. Os objetivos específicos são:

a. Classificar os diferentes tipos de arquitetura hostil a partir de referências na literatura, criando assim uma metodologia de análise a partir da pesquisa bibliográfica;
b. Verificar e analisar os padrões e tendências, bem como divergências e contradições de soluções na arquitetura hostil mapeada.

3. Desenvolvimento da Pesquisa

A necessidade de estudos que apliquem métodos de pesquisa com avaliações reais e indicadores concretos acerca das aplicações da arquitetura hostil nos ambientes urbanos se torna cada vez mais necessário, considerando que a configuração espacial das cidades está sempre em mutação, bem como as relações sociais e econômicas que nelas ocorrem. Sem esta real compreensão, não se pode verificar as demandas normativas, permitindo replicações de modelos de cidade e leis do planejamento urbano subjetivas e ineficientes.

O desenvolvimento da pesquisa se dividiu em dois momentos: a extração e sistematização de conceitos abordados na literatura, que serviu como base para o levantamento de campo na área de estudos, que serão apresentados a seguir.

3.1. Arquitetura Hostil: conceituação na literatura

O estudo do ambiente urbano pode ser entendido por diversas vertentes e temáticas devido à sua complexidade, como das tratativas econômicas, definições legislativas e normativas, ocupação territorial e espacial, dentre outras. Esta pesquisa focou principalmente no entendimento e reflexão entre as relações sociais com o espaço construído e as soluções arquitetônicas. A arquitetura hostil afeta negativamente diversos aspectos da área urbana, e Jacobs (2011) e Gehl (2010) já começaram a trazer esse assunto à tona.

A discussão da arquitetura hostil está inserida no âmbito do planejamento urbano e da organização das cidades por afetar as pessoas que nelas vivem. De acordo com Jacobs (2011), as reais necessidades das cidades foram sendo substituídas por estratégias desenvolvimentistas, e por isso o que se vê cada vez mais são áreas das cidades sendo depredadas e deixadas de lado, onde o ideal seria a presença de elementos agregadores, principalmente por meio dos espaços públicos. Opta-se por soluções drásticas, como a retirada e exclusão do que é indesejado, prevalecendo modelos de urbanização excludentes e segregadores. As ruas e as calçadas são partes vitais das cidades. A sensação de insegurança não decorre unicamente de atos de violência, mas também do receio que as pessoas têm de ocupar os espaços públicos; à medida que esses locais são menos utilizados, tornam-se progressivamente mais vulneráveis e inseguros (Jacobs, 2011, p. 29 e 30), demonstrando a necessidade de conexão entre as pessoas e estes espaços. Os espaços devem ser cuidadosamente projetados para sustentar uma cidade viva e harmoniosa, no entanto, há situações e locais em que uma arquitetura hostil transmite uma sensação de insegurança.

Bancos de praça desconfortáveis com divisões entre os assentos, inserção de pedras, ferros, cacos de vidro e lâminas nos espaços vazios para impedir a permanência de pessoas, a presença de altos muros em casas e condomínios, cercas elétricas e arame farpado, portarias com diversas câmeras de segurança, grades e cancelas, são alguns dos elementos da arquitetura hostil que muitas cidades brasileiras implementam, sendo esta temática tratada por diversos autores que relatam eventos similares na Europa e na América do Norte.

A arquitetura hostil consiste no *design* urbano pensado para restringir e controlar o comportamento das pessoas com o intuito de evitar crimes, manter a ordem e a segurança patrimonial (Quinn, 2014). São soluções arquitetônicas e projetuais que apresentam elementos que impedem a apropriação de espaços ou determinam alguns tipos de comportamento, restringindo e coagindo a livre ocupação. Desta forma, observa-se que estas soluções arquitetônicas contribuem com a segregação

socioespacial nos ambientes urbanos por afastarem grupos populacionais. Borden (*apud* Quinn, 2018) aponta que o surgimento da arquitetura hostil possui suas raízes no *design* urbano e na gestão do espaço público dos anos 1990. Afirma-se que o aparecimento destes artifícios "sugere que somos cidadãos da república apenas na medida em que estamos trabalhando ou consumindo mercadorias diretamente". Observa-se cada vez mais que as praças são pouco utilizadas e os espaços coletivos são controlados, como os *shoppings-centers* que atraem por suas novas possibilidades, corredores cheios, vitrines encantadoras, concorrendo com os centros de compras urbanos tradicionais e atraindo cada vez mais as pessoas.

Na Europa, Petty (2016) analisa a instalação de *spikes* em espaços públicos de Londres com a única função de impedir que pessoas em situação de rua os ocupassem, evidenciando o desejo de afastamento destas pessoas nos espaços públicos. Além dos *spikes*, o autor cita a presença de bancos com divisórias, *sprinklers* automáticos em parque e praças públicas, e câmeras de segurança voltadas para as ruas, mostrando a insistência em manter determinados grupos de pessoas afastados nos ambientes urbanos, tornando-os inabitáveis e seletivos.

No Brasil, o tema já foi levantado em diversas discussões na área da arquitetura e urbanismo. De acordo com Moreira (*apud* Antunes, 2016), trata-se de uma solução agressiva frente a uma situação de precariedade. Uma arquitetura que isola também é hostil e potencializa a violência. Moreira afirma que uma cidade deve acolher pessoas diferentes e devemos nos acostumar com a presença do outro, com generosidade. O comportamento humano acaba sendo um dos fatores mais determinantes da apropriação dos locais, pois cada indivíduo age de modo específico em um território. De acordo com Caccia e Azevedo (2017) entre os prédios de uma cidade há uma grande rede de espaços que ajudam a criar e fortalecer conexões em diferentes níveis de influência. Estas relações e conflitos podem ser observadas com maior intensidade nos centros urbanos, que por serem locais de grande variedade de comércios e atividades, atraem a população. Assim, a população de rua se concentra nos centros das cidades, por serem mais propícias ao acesso às moradias temporárias, recursos e assistências e, devido à grande circulação de pessoas, conseguem mais doações de dinheiro e comida.

Por sua vez, a presença da população de rua leva ao afastamento gradativo de consumidores por conta do medo e da sensação de insegurança. Desta forma, as cidades acabam criando barreiras para tentar afastar esta população de rua e, segundo Souza e Pereira (2018), o alto número de moradores de rua no Brasil expõe as desigualdades sociais do país. Os autores apontam ainda que, apesar desse processo não ser responsabilidade direta dos arquitetos, urbanistas e da sociedade, sempre que o tema de cidades inclusivas para pessoas é abordado, exclui-se os moradores em situação de rua, o que acaba sendo um fator prejudicial para os demais acontecimentos que, em tese, garantem a vitalidade urbana que se espera nas áreas centrais. A população como um todo acaba sofrendo as consequências de tais ações, haja visto que usufruir com qualidade dos espaços públicos se mostra cada vez mais complicado (Souza e Pereira, 2018).

De acordo com a leitura da referência bibliográfica do tema, verifica-se que a arquitetura hostil pode se manifestar, principalmente, de três formas: pela modificação de uma infraestrutura existente; pela inserção de estruturas e elementos; e pela remoção de objetos.

A **modificação de uma infraestrutura existente** trata de intervenções em edificações ou mobiliários urbanos já implantados, como por exemplo, acréscimo de divisões nos bancos, construí-los com materiais escorregadios e com as bordas arredondadas, impossibilitando qualquer uso que não seja o de se sentar (Licht, 2017). Estratégias de impedir que bancos sejam utilizados como "camas" pela inserção de segmentos interditam não somente o deitar, mas também o deitar efetivo (Cox e Cox, 2015). Há a instalação de grades sobre as calçadas (espaços públicos) para proteção das áreas privadas e benefício particular dessas instituições, comumente instaladas na frente dos prédios residenciais (Ferraz, 2005, *apud* Oldoni e Rampasi, 2020). Além disso, a utilização de portões em fachadas comerciais, fechando os comércios de forma parcial ou completa (Faria, 2020).

A **inserção de estruturas e elementos** tem o objetivo de impossibilitar a permanência em espaços urbanos, como o uso dos *spikes*, dos pedaços de vidros nos muros, pedras pontiagudas, dentre outros, que podem ser inseridos tanto em áreas públicas – como nas calçadas em frente aos bancos e soleiras de estabelecimentos comerciais para afastar a população de rua da região – quanto em áreas privadas – como nos recuos produzidos pelas fachadas de condomínios residenciais e comerciais (Petty, 2016), entendendo que a arquitetura hostil está presente em espaços públicos e privados. Enquadra-se também nesta categoria a inserção de vasos em áreas onde moradores de rua poderiam se abrigar (Licht, 2017). Muros, barras de ferro e cercas também limitam uma distância social entre os ambientes (Caldeira, 2000, p. 294). Suportes de bicicleta também são colocados estrategicamente em espaços

“mortos”, onde não há necessidade, somente para impedir a utilização desses espaços pelos desabrigados (Rosaneli, 2019, p. 242).

Por último, destaca-se **a remoção de elementos**, solução sutil, caracterizada pela retirada de mobiliário urbanos de permanência dos ambientes, como bancos e vegetação, desaparecendo com determinadas funções, principalmente de permanência.

A partir da metodologia, os conceitos levantados na pesquisa bibliográfica foram categorizados e sistematizados (Tabela 1), extraindo conceitos e critérios para o levantamento da área de pesquisa, organizando os elementos da arquitetura hostil que podem ser observados nas áreas públicas e nas áreas privadas. Ou seja, a partir da leitura do referencial teórico foram destacadas as principais soluções projetuais que prejudicam, segregam e excluem a apropriação dos espaços das cidades por todos. Estes conceitos foram sistematizados de forma a auxiliar e direcionar o olhar para o estudo de caso, onde foram realizados levantamento de campo para leitura do espaço.

Tabela 1. *Sistematização de conceitos da arquitetura hostil.* Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

ÁREAS PÚBLICAS	ÁREAS PRIVADAS
Spikes **/Espinhos:** utilizados nas calçadas em frente aos bancos e soleiras de estabelecimentos comerciais para afastar a população de rua da região (Petty, 2016)	***Spikes*** **/Espinhos**: utilizados nos recuos produzidos pelas fachadas de condomínios residenciais e comerciais (Petty, 2016)
Bancos com divisórias de metal/bancos ondulados/bancos com superfícies graduadas/sem apoio para a lombar: onde sua única função possível é a de servir de assento, impossibilitando atribuir qualquer outra função (Petty, 2016)	**Portões/grades:** utilizadas nas fachadas dos comércios, para separar a esfera público x privada; fechando os comércios parcial ou completamente. (Faria, 2020)
Câmeras de segurança em locais públicos: instaladas para exercer uma função disciplinadora nos usuários dos espaços urbanos (Petty, 2016)	**Sprinklers:** utilizados para afastar pessoas de áreas verdes abertas, mas que pertencem a uma área privada. (Faria, 2020)
Suportes de bicicleta: colocados estrategicamente em espaços “mortos”, onde não há necessidade, somente para impedir a utilização desses espaços pelos desabrigados (Rosaneli, 2019)	**Grades:** instaladas sobre as calçadas (espaços públicos) para proteção das áreas privadas e benefício particular dessas instituições, comumente instaladas na frente dos prédios residenciais. (Ferraz *apud* Rampasi, 2020)
Inserção de plantas, vasos ou outros objetos: evitar ocupação por população em situação de rua (Licht, 2017)	**Muros, cercas e barras de ferro:** criam materialmente uma distância social (Caldeira, 2000)

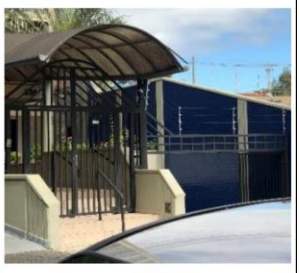
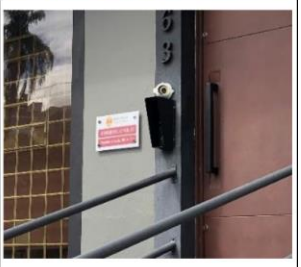
No Brasil, este tema passou a ser amplamente debatido após um evento emblemático abordado pelo Padre Júlio Lancellotti, em fevereiro de 2021, que quebrou à marretadas algumas pedras instaladas pela prefeitura de São Paulo debaixo do viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, trazendo à tona a discussão da exclusão social e das soluções da arquitetura hostil que vão na contramão do direito à cidade. No mesmo ano, Padre Lancelotti destaca a instalação de estacas na escadaria da Catedral Metropolitana de Campinas, denunciando o caso de “aporofobia” – termo referente ao medo e à rejeição a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Como consequência destes debates, foi aprovada no final de 2022, a Lei Padre Júlio Lancelotti (Lei 14.489/2022), que proíbe o emprego de técnicas de intervenções urbanas hostis em espaços de uso público, marco importante para a discussão das futuras intervenções arquitetônicas no ambiente urbano.

A partir da problemática apresentada, observou-se a importância de se conhecer e identificar soluções hostis e agressivas da arquitetura, pois esta interfere de maneira negativa na vivência das pessoas dentro das cidades, criando barreiras entre o espaço urbano e a população e que podem gerar um grande problema futuro se continuarem sendo praticadas pois mantém e reforçam a desigualdade e a discriminação.

3.2. Arquitetura Hostil na área central de Campinas-SP

Assim como acontece em cidades com grandes complexidades urbanas e alto número de população, pode-se observar que estas tratativas hostis estão presentes no Município de Campinas. De acordo com dados do IBGE, o último censo de 2022 apontou que Campinas tem 1.139.047 habitantes. Além disso, o município é a capital da Região Metropolitana de Campinas, e possui um importante papel na articulação das redes urbanas no interior do estado de São Paulo. A área delimitada para levantamento foi a área delimitada pela EU-26, Unidade Territorial Básica definida pelo Plano Diretor de Campinas (Lei Nº 189 de 2018), que está inserida dentro da APG-Centro. A área é delimitada pelas Avenidas: Avenida Barão de Itapura, Avenida Orosimbo Maia, Avenida Dona Libânia, Avenida Anchieta, Avenida Moraes Sales, Avenida Aquidabã e Avenida Andrade Neves.

Tabela 2. *Tabela síntese para definição dos conceitos e elementos elaborada a partir da revisão bibliográfica.*
Fonte: Giampaoli, Rangel, Gutmann, 2022

AUTOR	ANO	ELEMENTOS HOSTIS	ONDE SÃO ENCONTRADOS	CONSEQUÊNCIAS NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	IMAGENS EXEMPLO
Caldeira	2000	**Muros Cercas Barras de ferro**	Instalados nas divisas dos lotes	Criam materialmente uma divisão social	
Ferraz	2005	**Grades**	Instaladas na frente de prédios residenciais	São instaladas sobre áreas públicas (calçadas) para proteção e benefícios das áreas privadas (prédios residenciais)	
Petty	2016	***Spikes***	Recuos de lotes de condomínio residenciais e comerciais	Prejudica a permanência de pessoas que buscam um local de sombra ou apoio para descanso, espera e encontro de outras pessoas	
Petty	2016	**Bancos com divisórias/ superfícies graduadas/ sem apoio costas**	Praças, calçadas e demais áreas públicas e privadas	Impossibilita que seja atribuída qualquer outra função ao mobiliário que não seja a de servir de assento	
Cox e Cox	2015				
Petty	2016	**Câmeras de segurança**	Locais públicos	Exercem uma função disciplinadora nos usuários dos espaços urbanos	
Licht	2019	**Inserção de plantas, vasos ou outros objetos**	Recuos das fachadas de lojas ao longo das ruas	Impedem a longa permanência e o abrigo de chuva/sol nesses lugares	

Rosaneli	2019	**Suportes de bicicletas**	Espaços ociosos e sem demanda por este equipamento	Impedem a utilização desses espaços por pessoas em situação de rua	
Faria	2020	**Portões Grade**	Fachadas de comércios	Separam a esfera público x privada, fechando os comércios completa ou parcialmente	
Faria	2020	***Sprinklers***	Áreas verdes abertas	Afastar pessoas de áreas verdes abertas	

A partir da revisão bibliográfica do tema os conceitos foram categorizados e sistematizados, resultando na tabela síntese (Tabela 2), elencando de forma objetiva os elementos físicos da arquitetura hostil a serem observados durante o levantamento em campo. A elaboração desta tabela foi essencial, permitindo a conexão do referencial teórico com a metodologia de levantamento no centro da cidade de Campinas.

A área foi dividida em 64 quadrantes, possibilitando um levantamento detalhado em escala adequada para leitura e anotações. Adotou-se um sistema simbologias para marcação dos elementos observados, e cada quadrante foi registrado e mapeado em forma de fichas síntese.

Foram realizadas visitas ao local no período de dezembro/2021 a fevereiro/2022, com avaliação dos espaços públicos e de transição público privados, observando os elementos da arquitetura hostil presentes no local. O levantamento resultou em pranchas de diagnóstico de cada quadrante (Figura 1), permitindo a visualização do resultado total e detalhado do levantamento, servindo como base de dados para as análises e discussões finais.

No processo de confecção das pranchas de diagnóstico, cada elemento hostil foi pontuado e quantificado, gerando uma tabela síntese da presença por quadrante (Tabela 3). Esta tabela se torna chave para se avaliar os principais tipos de elementos hostis presentes na região, bem como sua distribuição espacial.

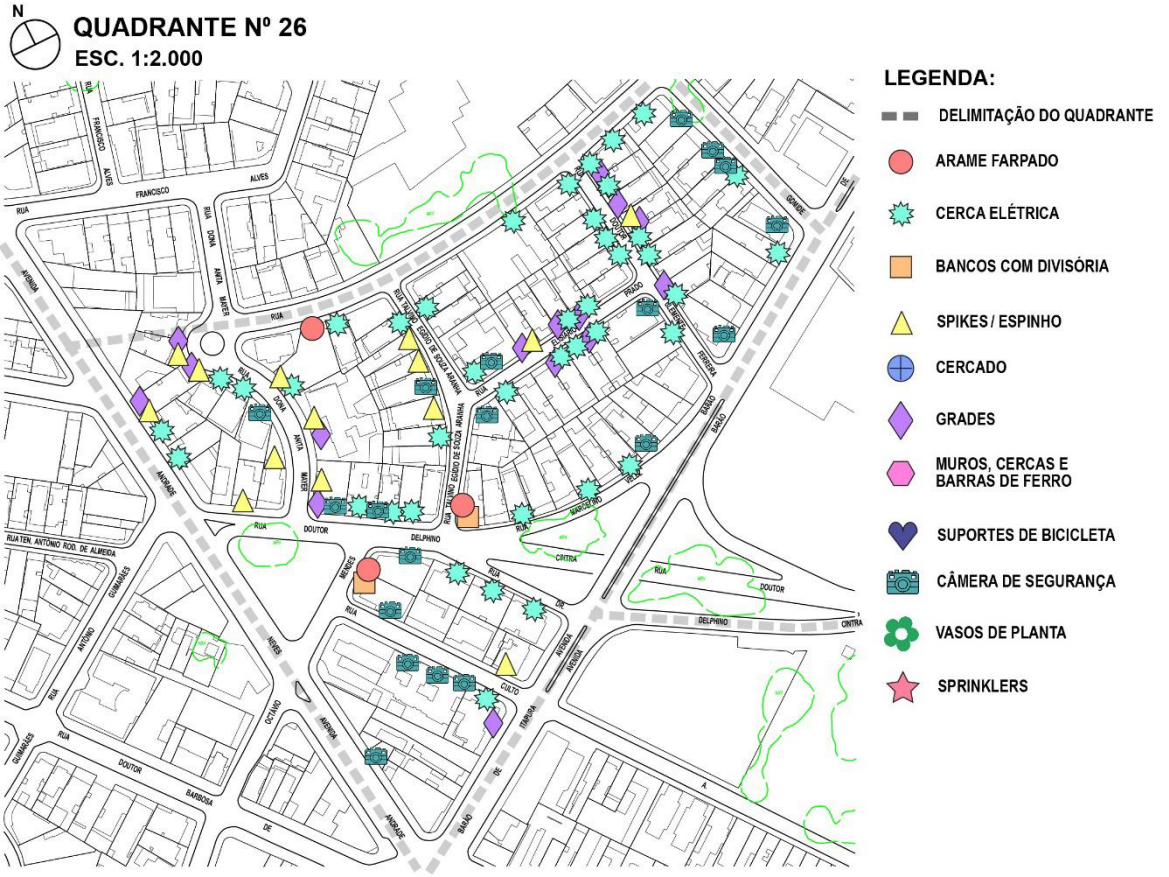


Fig. 1 *Exemplo de prancha diagnóstico confeccionada a partir do mapeamento dos dados levantados em campo.*Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

Tabela 3. *Quantidade de elementos hostis por quadrante.* Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

QUADRANTE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64
Arame		3		4	3	7	3	8	4		10		5	7	1	17		6	6	3	4	3	2	1	3	3	5	1	3	4	1	3		2	10			5		7	5	1	4	5	1	1	3	4			10	3	4		6	1	7			7	1		7	3
Cerca Elétrica		7	2	4	8	18	5	1	15	6	26	1	8	20	4	4	5	17	27	36	10	6	65	13	29	40	13	31	29	36	7	7	11	1		12	19	8		26	10	19	20	13	21	27	8	11	26	14	10		24	8	14	2	17	9	12	15	15	20		13
Spikes		2	5	12	1	1	7	2	8		14		4	26	5	4	3	6	6	38	13	10	17	14	6	14	14	2	3	1	8	5	5			5	4		3	8	6	6	5	6	7	12	7	1	3	5	3		1	7	8	7	10	6	8	6	16	7	17	11
Vasos						1		1										1							2			2	1		1					1								2				1				1					3				2	
Câmera Segurança	1	2	8	6	8	11	5	5	12		2		12	24	21	6	5	12	17	5	10	18	15	9	25	18	3	12	30	19	15	14	16	5	5	37	25	16	11	25	15	19	23	37	17	9	11	14	6	9	24		35	13	14	8	20	20	21	14	42	34	33	11
Bancos com divisórias	7		6	2		1					5			6		6	4	3	1		3		3	1	3				1	3	1		2			1								1					1	1	4	2			1									8	
Cercado				6		4	15	4	5				3		2		3	2			2	1		1			2	8	12				7		7			3			5	5	2	4							6			1	2		2	15	14			17		12	
Grades		4	9	2	10	6	7		5	3	14	2	12	7		10	1	3	28	9	3	9	82	7	4	15	14	16	20	19		11		3	4	8	7	10	3	10						13	28	21	12	16	3			17	4	8	8			5	6	7	13	11	14
Muro, cercas barras de ferro		1		3	6	3			1		2		10	10	10	4		1	29	60	50	20	3	10	28	15	8	5	17	25	12	11	10	4	2	8			6		18	12	16	5	13	15	9	7	17										7	7	17
Sprinklers																			1																																					2										
Suporte de bicicleta																									1																																							

4. Resultados

Como forma de analise, os dados coletados foram avaliados frente a duas conformidades: quanto ao tipo e quantidade de elemento hostil presente e quanto à sua localização e associação ao uso do lote, compondo assim, um diagnóstico completo de tendências e padrões na área central de Campinas.

Primeiramente, quando aos tipos de elementos hostis, nos 64 quadrantes estudados foram mapeados 3.854 elementos hostis, predominando a presença de câmeras de segurança (24,4%) e cercas elétricas (23,5%). Conforme Figura 2, é significativa também a presença de grades (14,6%), muros e barras de ferro (13,4%) e spikes/espinhos (11,4%).

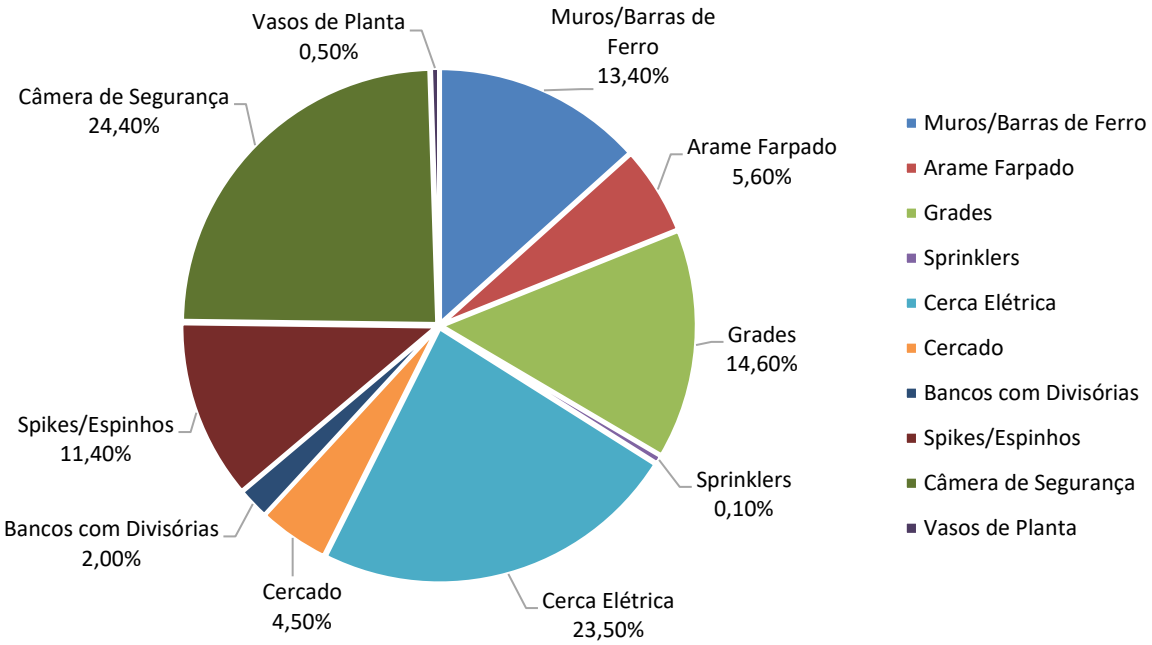


Fig. 2 *Gráfico com percentual elementos hostis em relação ao total mapeado na área central de Campinas em 2022.* Fonte: Giampaoli, Rangel, Gutmann, 2022

Quanto à localização, observa-se que em bairros predominantemente residenciais **(**Guanabara e Cambuí), os elementos hostis mais utilizados são cercas elétricas, muros, grades e espinhos acoplados, exemplificado nas Figuras 3 e 4.



Fig. 3 e 4 *Cerca elétrica e grades em fachadas dos bairros residenciais*. Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

Em áreas com presença mais concentrada de comércios, como a Vila Conceição e o Centro, que abrange a Avenida Campos Sales e a Rua 13 de Maio, pode ser observada a utilização de elementos mais agressivos e hostis de forma mais acentuada, como os espinhos e os *spikes* em recuos e fachadas lojas, apresentados nas Figuras 5 e 6.



Fig. 5 e 6 *Espinhos nas fachadas e recuos dos comércios.* Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

Outro padrão interessante de análise foi observado em bairros como Vila Itapura e Guanabara, em que há a presença de serviços voltados para clínicas médicas e instituições financeiras. Nestes locais, a presença de elementos da arquitetura hostil acontece de forma mais velada e sutil, com o uso das câmeras de segurança, cercas elétricas e vasos de plantas, conforme Figuras 7 e 8.



Fig. 7 e 8 *Presença de câmeras e de segurança e vasos de planta nos bairros na Vila Itapura e Guanabara, em Campinas-SP.* Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

Assim, foi observado que, além da presença de elementos hostis na área central de Campinas, a predominância dos elementos segue uma lógica conforme o uso das edificações. Para medir e analisar de forma mais assertiva, foi elaborado um gráfico com quantidade total de cada elemento na predominância de uso área levantada (Figura 9).

DOI: 10.5821/siiu.14390

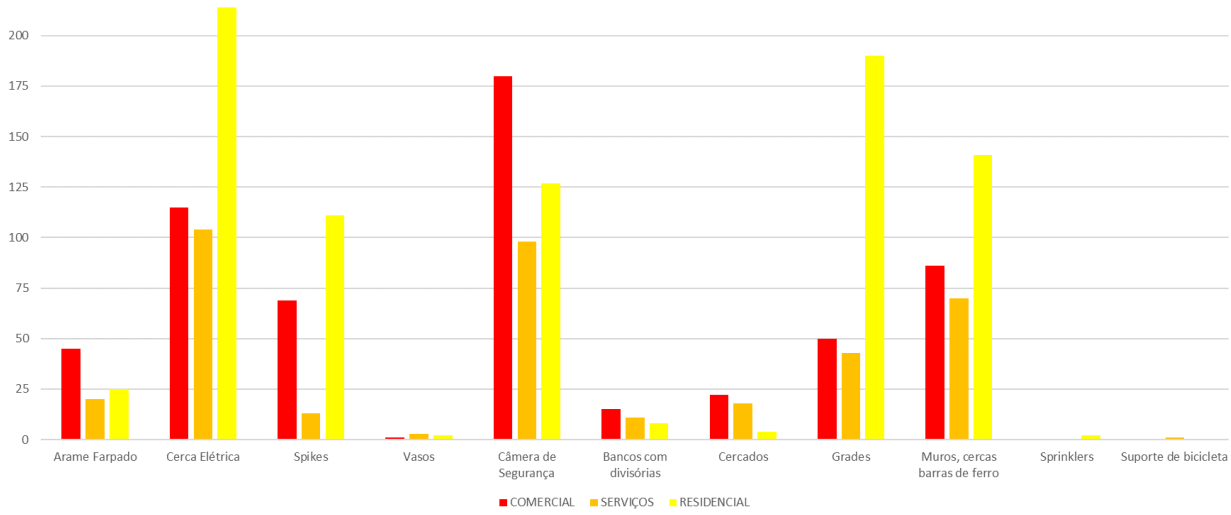


Fig. 9 *Quantidades de elementos hostil por tipo e uso predominante.* Fonte: Giampaoli, Rangel, Gutmann, 2022

Por fim, as informações coletadas foram especializadas em forma de mapa da área total. O mapa apresentado na Figura 10 demonstra por quadrante, qual é o tipo de elemento hostil que prevalece no quadrante, e indica também, o uso principal das edificações.

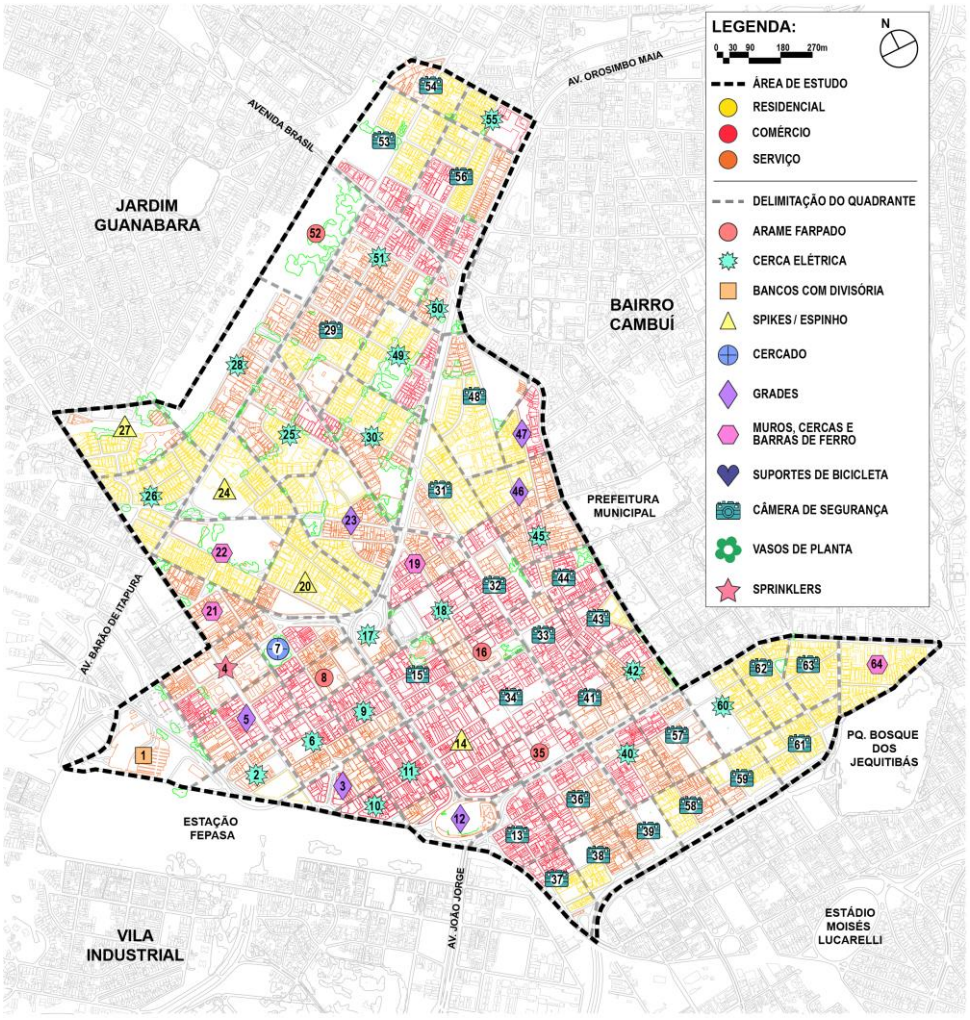


Fig. 10 *Mapa de espacialização dos resultados obtidos com o levantamento em campo, com base no uso predominante de cada quadrante.* Fonte: Giampaoli, Rangel, 2022

5. Conclusões

A partir da análise e discussão dos resultados obtidos no levantamento em campo, conformou-se a hipótese inicial da pesquisa, de que ainda há presença de soluções hostis no centro da cidade de Campinas. Além disso, pesquisa demonstra que sua presença se dá de forma agressiva em algumas partes da área de estudo – por meio do uso de *spikes* e espinhos –, especialmente nas áreas onde o uso predominante é o comercial, e de forma mais sutil – uso de vasos de plantas, grades e câmeras de segurança – em regiões residenciais e de serviços, conforme apresentado no desenvolvimento da pesquisa. Apesar de verificados padrões existentes na área de estudo, não é possível afirmar que esses padrões são os mesmos para outras áreas da cidade, sendo necessário, para isso, a continuidade do estudo seguindo a mesma metodologia aplicada nas demais regiões de Campinas.

Com isso, pode-se apontar como futuro desdobramento da pesquisa, a replicação da metodologia utilizada nas demais regiões da cidade de Campinas e, até mesmo, de outros municípios brasileiros, para o mapeamento mais detalhado da presença da arquitetura hostil e a forma como ela ocorre, nas demais cidades do país. Com a repercussão deste tema promovido pelo Padre Júlio Lancellotti no Brasil, ganhando destaque a partir de 2021, a arquitetura hostil entrou em pauta nas discussões governamentais atuais, e entende-se que pela forte presença ainda deste tipo de solução arquitetônica nos ambientes urbanos, deva ser incluída ainda nas reformulações de normas urbanística, como para a requalificação de áreas centrais aliadas à demais políticas públicas. Assim, evidencia-se o papel do arquiteto e urbanista e sua contribuição com a formulação de projetos mais inclusivos e auxiliar na criação de legislações que possam impedir essa atuação, retomando o protagonismo do urbanismo inclusivo e democrático no planejamento urbano atual.

6. Referências

CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.

COX, M. I., COX, E. (2015). Interdições ao corpo no corpo da cidade: arquitetura, urbanismo, discurso e controle social. *Revista Linguasagem São Carlos*, *24*(1), 1-15.

FARIA, D. (2020). *Sem descanso arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná].

GEHL, J. (2013). *Cidade para as pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

HARVEY, D. (2004). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola.

JACOBS, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

LICHT, K. (2017). Hostile urban architecture: a critical discussion of the seemingly offensive art of keeping people away. *Etikk i praksis – Nordic Journal of Applied Ethics, 11*, 27-44.

OLDONI, S. e RAMPASI, N. (2020). Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. *Revista Thêma et Scientia*, *10*(2).

PETTY, J. (2020). The London spikes controversy: Homelessness, urban securitisation and the question of “hostile architecture”. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, *5*, 67-81.

ROLNIK, R. (2019). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

ROSANELI, A. (2019). *Olhares pelo espaço público.* Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR.

SANTOS, M. (1993). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec.

SPOSITO, M. (2013). *Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.* Editora Unesp. São Paulo.

VILLAÇA, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute.

6.1. Fontes eletrônicas

ANTUNES, L. (2016). *A arquitetura hostil das cidades. Projeto Colabora*. Disponível em: https://projetocolabora.com.br/ods11/a-arquitetura-hostil-das-cidades/. (Acesso: 15/05/2021).

CACCIA, L. e AZEVEDO, L. (2017). *Espaços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua*. *WRI Brasil*. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-pessoas-e-rua. (Acesso: 14/05/2021).

G1. (2021). *Catedral de Campinas diz que removerá espetos de escada após post de padre sobre "aporofobia"*. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/12/13/catedral-de-campinas-anuncia-retirada-de-espetos-em-escadaria-apos-post-de-padre-que-denuncia-aporofobia.ghtml. (Acesso: 07/02/2022).

IBGE. (s.d.). *População Campinas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama. (Acesso: 07/04/2025).

QUINN, B. (2014). Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of "hostile architecture". *The Guardian.* Disponível em: https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture. (Acesso: 08/04/2021).

SOUZA, E. e PEREIRA, M. (2018). Arquitetura Hostil: A cidade é para todos? *Archdaily.* Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos. (Acesso: 10/04/2021).